

Repassando... Patentes

Matéria de capa de grande impacto do número 735 da RQI, este tema é novamente passado em revista por pesquisador de grande prestígio nacional em sua área de atuação. Ele comenta a relevância das patentes na área de P & D.

Cláudio José de Araújo Mota, do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenador do grupo Laboratório de Reatividade de Hidrocarbonetos e Catálise Orgânica (<http://www.iq.ufrj.br/larhco>) que desenvolve pesquisas nas áreas de a acidez de zeólitas, química de carbocátions, transformação química da glicerina e do etanol, conversão do CO₂ e processos para refino do petróleo e petroquímica.

RQI: Qual a importância para o país do estímulo para a geração de patentes?

Cláudio Mota: O Brasil avançou muito em termos de publicações científicas nos últimos 20 anos. Hoje, ocupamos uma posição destacada e que ainda irá subir muito, se continuarmos e aumentarmos o ritmo de formação de doutores e financiamento à pesquisa. Entretanto, a publicação científica, somente, não levará o país a alcançar um maior patamar de desenvolvimento econômico e social. O mundo é cada vez mais tecnológico e os países precisam estar atentos a estas mudanças. As patentes visam exatamente à proteção comercial dos avanços científicos, que podem no futuro se tornarem tecnologias de uso industrial.

A geração de patentes no país vem crescendo ano a ano. Em grande parte por conta da Lei da Inovação, que facilitou o acesso das empresas a financiamentos públicos a fundo perdido, e direcionou as Universidades para criarem seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), de forma a estarem preparadas para proteger as invenções produzidas pelos seus docentes e alunos. Na UFRJ, por exemplo, o NIT começou a funcionar de forma precária há cerca de 6 ou 7 anos atrás. Eu me recordo que na primeira vez que os procurei com o intuito de saber mais a respeito do processo de proteção intelectual, o NIT era composto de um coordenador e mais um ou dois funcionários, que não possuíam quase que nenhuma experiência no



tema. Hoje, o antigo NIT se transformou na Agência de Inovação da UFRJ e conta com quadros bem mais preparados e em maior número, de forma a atender a demanda que se criou na Universidade para proteção do conhecimento. Aliás, um dos pontos que precisa ser mudado para que haja mais geração de patentes nas Universidades é a mentalidade dos pesquisadores. Muitos ainda não enxergam nas patentes um instrumento de divulgação de suas pesquisas, preferindo relatá-las em periódicos científicos. Com isto, o país perde economicamente, pois o simples depósito de um pedido de patente já protege a instituição do uso comercial dos resultados das pesquisas, que após este passo, podem ser apresentados em periódicos científicos sem qualquer problema. Enfim, o Brasil precisa ser também um grande gerador de patentes, como já é de artigos científicos. Esta é a forma mais consagrada de fazer as pesquisas acadêmicas, fundamentalmente produzidas em Universidades e Institutos de Pesquisa, virarem produtos tecnológicos, que gerarão riqueza e bem estar para a população.

RQI: Em que a pesquisa acadêmica e tecnológica pode beneficiar-se com essa política?

Cláudio Mota: Eu costumo dizer que Ciência e Tecnologia são irmãs siamesas e que não podem ser

separadas. O conhecimento científico vem sempre na frente do tecnológico, mas ambos andam muito próximos um do outro. Citando um exemplo do meu grupo, em 2005 iniciamos um programa de pesquisa voltado ao aproveitamento da glicerina, coproduto de fabricação do biodiesel. Na época, não se sabia muito bem o que fazer com tanta glicerina que seria gerada com a implantação do biodiesel na matriz de combustíveis veiculares do país. Foi então que comecei a pesquisar alternativas. O início das pesquisas teve um viés mais acadêmico, pois precisávamos conhecer o assunto e ter uma noção dos problemas que poderíamos encontrar. Nesta fase, os trabalhos envolveram alunos de graduação e pós-graduação e privilegiou a divulgação científica, mas sem perder o foco na tecnologia. Na sequência, iniciamos parceria com empresas, como Repsol e Quattor (hoje parte do conglomerado Braskem) para desenvolvimento de produtos e processos específicos, a partir da glicerina. A parceria com a Quattor resultou no desenvolvimento do propano verde, a partir da hidrogenólise da glicerina, que é um processo único, sem similar em todo o mundo. Isto mostra como se pode aliar pesquisa acadêmica e desenvolvimento tecnológico. A propósito, todo o desenvolvimento do propano verde foi protegido inicialmente por patentes, no Brasil e no exterior. Somente agora é que comecei a fazer divulgação dos resultados em eventos científicos e periódicos acadêmicos.

RQI: Como você avalia a importância dada pelas agências de fomento (CAPES, CNPq, etc.) para a publicação de patentes?

Cláudio Mota: As agências de fomento estão dando importância cada vez maior à proteção intelectual, que se faz, sobretudo, pelo depósito de patentes. Muitos editais do CNPq explicitam a necessidade de parceria com empresas, o que implicitamente sinaliza para um foco maior na pesquisa visando sua utilização comercial. Isto é um grande avanço, pois em temas de forte conteúdo tecnológico, como é o

caso dos biocombustíveis, o país lucrar muito se os resultados das pesquisas forem utilizados por indústrias. O próprio CNPq criou a bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora, que é concedida a pesquisadores de Universidades que se dedicam mais a atividade de produção tecnológica, como por exemplo a geração de patentes. Isto foi uma grande mudança de paradigma no Conselho, que historicamente só reconhecia a produção acadêmica dos pesquisadores. A CAPES também vem sinalizando para a importância da publicação de patentes pelos Programas de pós-graduação. Documento recente encaminhado pelo coordenador da área de Química da CAPES, aponta exatamente para esta necessidade, como forma de valorizar os Programas de pós-graduação, sobretudo aqueles com conceito 6 e 7 no órgão, que são considerados de excelência e em nível internacional. Há de se mencionar por último, as modalidades de fomento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O primeiro tem uma linha de fomento, voltada para projetos de parceria Universidade-Empresa chamado FUNTEC. Nesta modalidade, a empresa entra com apenas 10% do valor do projeto e o Banco financia os 90% restantes. Há temas prioritários definidos pelo Banco e o requisito para financiamento é que o projeto esteja numa etapa intermediária, já com conceito consolidado, mas ainda carecendo de desenvolvimento e otimizações. A FINEP tem uma linha de financiamento mais voltada para empresas de tecnologia, a chamada subvenção tecnológica. Esta modalidade é muito interessante, pois um novo produto ou processo desenvolvido por pesquisadores de Universidades, pode ser viabilizado industrialmente através de empresas *spin off*, criadas pelos próprios pesquisadores. Nos Estados Unidos este modelo já criou inúmeras empresas de grande porte, fundadas a partir de desenvolvimentos realizados no meio acadêmico.